



# **EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A.**

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A.**  
Serra - ES

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não serem requeridas às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e estão consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori  
Contador CRC 1SP245014/O-2



**EDP GRID GESTÃO DE REDES INTELIGENTES DE DISTRIBUIÇÃO S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Receitas</b>	21	27.127	25.140	87.113	65.848
<b>Custos</b>	22				
Custo de operação		(6.894)	(1.290)	(22.676)	(17.246)
Custo do serviço prestado a terceiros		(12.928)	(10.504)	(41.915)	(18.907)
		<u>(19.822)</u>	<u>(11.794)</u>	<u>(64.591)</u>	<u>(36.153)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>7.305</u>	<u>13.346</u>	<u>22.522</u>	<u>29.695</u>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	22				
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		(311)	(161)	(1.158)	(2.627)
Despesas gerais e administrativas		(14.849)	(11.703)	(24.112)	(20.335)
Outras despesas e receitas operacionais		(105)	2.160	27	2.117
		<u>(15.265)</u>	<u>(9.704)</u>	<u>(25.243)</u>	<u>(20.845)</u>
<b>Resultado das participações societárias</b>	13	<u>(1.430)</u>	<u>431</u>		
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>		<u>(9.390)</u>	<u>4.073</u>	<u>(2.721)</u>	<u>8.850</u>
<b>Resultado financeiro</b>	23				
Receitas financeiras		638	3.999	202	3.400
Despesas financeiras		(4.997)	(8.152)	(5.919)	(9.210)
		<u>(4.359)</u>	<u>(4.153)</u>	<u>(5.717)</u>	<u>(5.810)</u>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<u>(13.749)</u>	<u>(80)</u>	<u>(8.438)</u>	<u>3.040</u>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	24				
Imposto de renda e contribuição social correntes				(2.392)	(3.456)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.975	(145)	1.056	191
		<u>3.975</u>	<u>(145)</u>	<u>(1.336)</u>	<u>(3.265)</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u>(9.774)</u>	<u>(225)</u>	<u>(9.774)</u>	<u>(225)</u>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	25				
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)					
ON		(977,40)	(165,10)	(977,40)	(165,10)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EDP GRID GESTÃO DE REDES INTELIGENTES DE DISTRIBUIÇÃO S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)



	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>	(9.774)	(225)	(9.774)	(225)
Outros resultados abrangentes				
Hedge de fluxos de caixa	(2.113)		(2.113)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	718		718	
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(11.169)</b>	<b>(225)</b>	<b>(11.169)</b>	<b>(225)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EDP GRID GESTÃO DE REDES INTELIGENTES DE DISTRIBUIÇÃO S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(13.749)	(80)	(8.438)	3.040
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>					
PIS, COFINS e ISS diferidos		167	945	2.753	1.018
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		311	161	1.158	2.627
Depreciações e amortizações		2.411	421	7.171	4.443
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		789	2.707		
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos		4.483	7.886	5.235	7.990
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		409	77	803	413
Ajuste a valor presente		(55)	(108)	(55)	(108)
Resultado de participações societárias		1.430	(431)		
Atualização monetária da contraprestação contingente			(971)		(971)
Outros		(328)	36	1.641	2.951
		<u>(4.132)</u>	<u>10.643</u>	<u>10.244</u>	<u>21.403</u>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>					
Clientes		(2.543)	3.629	(24.915)	(16.154)
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(722)	(179)	(732)	(179)
Outros tributos compensáveis		(1.016)	(4.270)	(4.589)	(4.687)
Estoques		2.326	1.037	5.718	(4.417)
Cauções e depósitos vinculados		(2)	(2)	(653)	(44)
Rendas a receber		68	(71)	68	(71)
Outros ativos operacionais		2.625	1.072	1.642	(777)
		<u>736</u>	<u>1.216</u>	<u>(23.461)</u>	<u>(26.329)</u>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>					
Adiantamentos recebidos - Clientes					
Fornecedores		2.527	(2.761)	853	(1.476)
Imposto de renda e contribuição social a recolher				(90)	(38)
Outros tributos a recolher		(227)	399	1.214	597
Provisões				(50)	
Outros passivos operacionais		2.431	1.168	3.257	4.351
		<u>4.731</u>	<u>(1.194)</u>	<u>5.184</u>	<u>3.434</u>
<b>Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>					
		<u>1.335</u>	<u>10.665</u>	<u>(8.033)</u>	<u>(1.492)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos				(2.043)	(3.443)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>					
		<u>1.335</u>	<u>10.665</u>	<u>(10.076)</u>	<u>(4.935)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Alienação de investimento			(14.316)		(14.316)
Aquisição de investimento		(9.955)		(9.955)	
Adiantamento para futuro aumento de capital		(17.200)	(11.550)		
Aumento de capital social em subsidiárias			(4.800)		
Adições ao Imobilizado e Intangível		(39.344)	(65.390)	(53.462)	(74.117)
Alienação de bens e direitos		(57)	48		
Empréstimos a receber		(256)	(15.923)	(256)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<u>(66.812)</u>	<u>(111.931)</u>	<u>(63.673)</u>	<u>(88.433)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Adiantamento para futuro aumento de capital		68.100	15.500	68.100	15.500
Aumento de capital social		4.200	17.100	14.155	17.100
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures			70.000		70.000
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		(11.714)		(11.714)	(7.158)
Pagamentos de encargos de dívidas		(3.628)	(5.480)	(3.628)	(5.592)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(413)	(298)	(1.014)	(779)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	27.1	<u>56.545</u>	<u>96.822</u>	<u>65.899</u>	<u>89.071</u>
<b>Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>					
		<u>(8.932)</u>	<u>(4.444)</u>	<u>(7.850)</u>	<u>(4.297)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		343	9.275	1.796	9.646
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		9.275	13.719	9.646	13.943
		<u>(8.932)</u>	<u>(4.444)</u>	<u>(7.850)</u>	<u>(4.297)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP GRID GESTÃO DE REDES INTELIGENTES DE DISTRIBUIÇÃO S.A.  
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 (Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total	Total Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>55.986</u>	<u>9.330</u>	<u>-</u>	<u>(7.599)</u>	<u>57.717</u>	<u>57.717</u>
Aumento/Integralização de capital - AGOE de 29/04/2019	27.100				27.100	27.100
Prejuízo do exercício				(225)	(225)	(225)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>83.086</u>	<u>9.330</u>	<u>-</u>	<u>(7.824)</u>	<u>84.592</u>	<u>84.592</u>
	<b>Capital social</b>	<b>Reservas de lucros</b>	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>	<b>Total Consolidado</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>83.086</u>	<u>9.330</u>	<u>-</u>	<u>(7.824)</u>	<u>84.592</u>	<u>84.592</u>
Aumento/Integralização de capital - AGOE de 22/06/2020	19.700				19.700	19.700
Prejuízo do exercício				(9.774)	(9.774)	(9.774)
Outros resultados abrangentes					-	-
Hedge de fluxos de caixa			(2.113)		(2.113)	(2.113)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			718		718	718
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<u>102.786</u>	<u>9.330</u>	<u>(1.395)</u>	<u>(17.598)</u>	<u>93.123</u>	<u>93.123</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EDP GRID GESTÃO DE REDES INTELIGENTES DE DISTRIBUIÇÃO S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)



	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Geração do valor adicionado</b>	67.987	95.145	144.637	147.633
Receita operacional	30.400	27.971	97.514	76.309
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	(311)	(161)	(1.158)	(2.627)
Receita relativa à construção de ativos próprios	37.836	65.102	48.090	71.718
Outras receitas	62	2.233	191	2.233
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(58.323)</b>	<b>(79.348)</b>	<b>(107.541)</b>	<b>(103.498)</b>
Materiais	(23.788)	(49.816)	(54.839)	(55.472)
Matéria-prima e insumos para produção			(8.429)	(7.990)
Serviços de terceiros	(32.892)	(27.480)	(42.354)	(37.194)
Outros custos operacionais	(1.643)	(2.052)	(1.919)	(2.842)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>9.664</b>	<b>15.797</b>	<b>37.096</b>	<b>44.135</b>
<b>Retenções</b>				
Depreciações e amortizações	(2.410)	(421)	(7.170)	(4.443)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>7.254</b>	<b>15.376</b>	<b>29.926</b>	<b>39.692</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Receitas financeiras	670	4.223	235	3.630
Resultado da equivalência patrimonial	(1.430)	431		
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>6.494</b>	<b>20.030</b>	<b>30.161</b>	<b>43.322</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Pessoal				
Remuneração direta	9.576	6.594	16.885	14.696
Benefícios	813	893	1.930	2.216
FGTS	348	357	761	524
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(271)	3.733	8.530	10.010
Estaduais	250	166	4.657	4.244
Municipais	340	296	789	2.291
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	4.997	8.151	5.919	9.210
Aluguéis	215	65	464	356
	16.268	20.255	39.935	43.547
Prejuízo do exercício	(9.774)	(225)	(9.774)	(225)
	<b>6.494</b>	<b>20.030</b>	<b>30.161</b>	<b>43.322</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Contexto operacional

A EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A. (Companhia, EDP GRID ou Controladora), é sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de julho de 1997, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e possui sua sede no município de Serra - ES.

Dentre o objeto social da Companhia destacam-se: (i) a prestação e exploração de serviços de telecomunicações; (ii) celebrar, acordos, contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades objetivando assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; (iii) a elaboração de projetos civil e eletromecânico de rede de energia de alta, média e baixa tensão; (iv) a prestação de serviços de monitoramento e manutenção de sistemas de automação, telecomunicações, medição, iluminação pública e ornamental e outros; (v) a realização de projetos, execução e comissionamento de microgeração de energia a partir de fontes renováveis, comercialização de soluções e prestação de serviços de instalação, monitoramento e manutenção de sistemas em funcionamento; (vi) a realização de serviços de diagnósticos energéticos; (vii) o desenvolvimento de projetos de eficiência energética, instalação e comercialização de equipamentos para eficiência energética bem como prestação de serviços de monitoramento e manutenção de sistemas em funcionamento; e (viii) a prestação de serviços de consultoria em eficiência energética, gestão de projetos e serviços de telecomunicações. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia detém, desde 7 de dezembro de 2015, 100% das ações da EDP Soluções em Energia S.A. (EDP Soluções), sociedade anônima de capital fechado, com sede localizada em Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul, que tem como objeto social: (i) a prestação de serviço de engenharia, inclusive infraestrutura, obras civis, subestações de energia, edificações e afins, com a utilização de materiais, equipamentos e correlatos; (ii) a prestação de serviços de assessoramento, consultoria técnica, gestão e contratos de performance em eficiência energética e demais serviços a ela relacionados; (iii) a industrialização e comercialização de água, ar comprimido, vapor e biomassa; (iv) o comércio, importação e exportação de materiais e equipamentos elétricos, eletrônicos, eletrodomésticos, hidráulicos, mecânicos e de geração fotovoltaica; (v) a destinação final e descarte de equipamentos elétricos, eletrodomésticos, eletrônicos e lâmpadas; (vi) geração de energia elétrica; (vii) comercialização de energia; e (viii) aluguel de equipamentos e materiais correlatos.

A Companhia detém também, desde 1º de julho de 2020, 100% das quotas da UFV SP V Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. (UFV), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Taubaté, Estado de São Paulo. A UFV tem por objeto social: (a) a locação e sublocação de imóveis próprios ou de terceiros, (b) o aluguel de máquinas e equipamentos fotovoltaicos, e (c) instalação de máquinas e equipamentos industriais (Nota 13).

## 2 Base de preparação

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e de suas controladas não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 1º de fevereiro de 2021.

### 2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

### 2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 26.4.

### 2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.8.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Determinação da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota 5.4); Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 19); Mensuração da receita de serviços de eficiência energética (Nota 5); Análise da redução ao valor recuperável (Nota 2.8); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 14 e 15); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 26.1.4.1).

### 2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e suas controladas (Nota 13).

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e suas controladas.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento das Controladoras nas suas controladas diretas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a suas controladas; e
- A data da demonstração financeira das controladas utilizada para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincide com a da Companhia.

As controladas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuará sendo consolidada até a data que cessará tal controle.

### 2.7 Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pela atividade de eficiência energética. Em 2020 tal segmento concentrou 82,5% da receita operacional bruta consolidada.

## 2.8 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

### Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

### Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional, concluindo, como mencionado na nota 2.1, que não houve mudança na integridade da continuidade operacional da Companhia.

## 2.8.1 Teste de redução ao valor recuperável - Ativos não financeiros

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos não financeiros com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa individual representativa do conjunto.

Nesta base, para efeito do teste, foram definidos um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável do investimento:

- Unidade geradora de caixa: EDP Soluções
- Base de determinação do valor recuperável: valor em uso – *equity value*
- Determinação dos fluxos de caixa: volume de vendas
- Prazo utilizado para fluxo de caixa: 10 anos mais perpetuidade
- Taxa média de correção: IPCA + 3,27% a.a..

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após proceder ao teste de recuperabilidade dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

## 2.9 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board (IASB)* e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

### 2.9.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro ( <i>Conceptual Framework</i> )	Apresenta novos conceitos acerca da apresentação, mensuração e divulgação	<i>Conceptual Framework</i>	Estrutura Conceitual	10/12/2019
CPC 15 - Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 48 - Instrumentos Financeiros; CPC 40 - Instrumentos Financeiros – Evidenciação; e CPC 38 - Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IFRS 7 e IAS 39	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis	IAS 1 e IAS 8	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos	IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2020
OCPC 09 – Relato integrado	Melhoria da qualidade da informação disponível aos investidores e demais <i>stakeholders</i> ; a promoção de uma abordagem mais coesa e eficiente do relato corporativo; e, entre outros	N/A	Orientação	01/01/2021

### 2.9.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2021
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato)	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade	IFRS 17	Pronunciamento	N/A

As alterações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

## 3 Eventos significativos no exercício

### 3.1 COVID-19 (pandemia do novo Coronavírus)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020 pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais.

### 3.1.1 Medidas de Assistência Governamental

#### 3.1.1.1 Portarias nº 139 e nº 245

As respectivas portarias de 3 de abril e 15 de junho de 2020, prorrogaram o prazo para o recolhimento de tributos federais e contribuição previdenciária patronal devida pelas empresas e pelo empregador doméstico, na situação que especifica em decorrência da COVID-19. Os prazos de recolhimento da contribuição para o PIS, COFINS e INSS patronal, relativas às competências março, abril e maio de 2020, foram postergados para os prazos de vencimento dessas contribuições devidas nas competências de julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente.

### 3.1.2 Medidas implementadas pela Administração da EDP - Energias do Brasil

A Administração da EDP - Energias do Brasil e de suas controladas vêm aplicando ações a fim de assegurar a segurança de seus colaboradores. A implementação destas ações está alinhada com as orientações da OMS, do Ministério da Saúde e das entidades oficiais de saúde nos diferentes países onde o Grupo atua.

A Administração da EDP - Energias do Brasil criou um Comitê de Gestão de Crise com profissionais de diferentes áreas que implementou ações importantes para a segurança de todos, entre as quais: (i) escritórios administrativos estão em regime de trabalho home office; (ii) distribuição de máscaras para todos os colaboradores; (iii) antecipação da vacinação contra a gripe H1N1 para todos os colaboradores; (iv) todas as viagens internacionais foram canceladas e as nacionais reduzidas ao mínimo indispensável; e (v) comunicação interna periódica sobre o tema, por meio de newsletters, publicações na intranet e nos murais digitais internos.

Todas as medidas têm como principal objetivo assegurar a segurança dos colaboradores e de toda a população e garantir a qualidade e continuidade do fornecimento de energia, indispensável neste momento de crise.

### 3.1.3 Medidas adotadas pela Administração da EDP - Energias do Brasil em auxílio à sociedade

O Grupo EDP - Energias do Brasil, comprometido com seus colaboradores, clientes e população, acompanha continuamente a evolução do cenário referente a COVID-19 e está à frente de diversas iniciativas sociais, como: (i) doação de R\$6 milhões à organização social Comunitas para a compra de respiradores hospitalares, equipamentos essenciais para a sobrevivência e recuperação de pacientes graves da COVID-19, em São Paulo; (ii) destinação de R\$2,6 milhões de recursos próprios, ao lado da EDP Renováveis para apoiar iniciativas voltadas ao enfrentamento da COVID-19 em comunidades carentes de todo o Brasil; (iii) doação de R\$1 milhão para o estado do Espírito Santo, para compra de insumos de proteção individual, equipamentos e medicamentos para a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro do Itapemirim; e (iv) doação de R\$130 mil em insumos hospitalares para Secretaria da Saúde do Ceará.

### 3.2 Aquisição UFV

Conforme informado na nota 1, a Companhia adquiriu em 1º de julho de 2020 100% das quotas da UFV SP V Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	343	698	1.796	1.069
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	8.577	-	8.577
		8.577		8.577
<b>Total</b>	<b>343</b>	<b>9.275</b>	<b>1.796</b>	<b>9.646</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Em 31 de dezembro de 2020 os investimentos financeiros da Companhia estavam remunerado à taxa de 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.

## 5 Clientes

	Controladora											
	Circulante						Não circulante					
	Valores correntes						Valores correntes a vencer					
	A vencer		Corrente vencida				Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019		
Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias							
						PECLD						
Clientes												
Eficiência energética	1.509	2.223	558	277			4.567	3.689	-	-	1.168	
Serviço de gerenciamento de obra	116		16				132	16	-	-	-	
Serviços de gerenciamento de assinaturas	560	67	41	27	160	363	(550)	668	495	-	-	
Dispêndios a reembolsar (Nota 5.3)	267	1.335					1.602	1.883	252	252	372	
Construção de usina solar (Nota 5.1)		4.213					4.213	2.789			-	
Arrendamentos (Nota 5.5)	1.224						1.224	1.033	9.588	9.588	8.259	
Outros clientes			8				8	264	1	1	-	
<b>Total</b>	<b>3.676</b>	<b>7.838</b>	<b>623</b>	<b>304</b>	<b>160</b>	<b>363</b>	<b>(550)</b>	<b>12.414</b>	<b>10.169</b>	<b>9.841</b>	<b>9.841</b>	<b>9.799</b>

	Consolidado											
	Circulante						Não circulante					
	Valores correntes						Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019	Valores correntes a vencer			
	A vencer		Corrente vencida						Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019	Mais de 360 dias	Valor líquido em 31/12/2020
Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	PECLD						
Cientes												
Eficiência energética (Nota 5.2)	4.731	25.344	736	1.334	663	3.349	(4.012)	32.145	28.678	26.559	26.559	37.138
Serviço de gerenciamento de obra	116		16					132	16		-	-
Serviços de gerenciamento de assinaturas	560	67	41	27	160	363	(550)	668	495		-	-
Dispêndios a reembolsar (Nota 5.3)	970	7.585						8.555	5.877	23.856	23.856	30.058
Geração de vapor		4.176						4.176	4.361		-	-
Construção de usina solar (Nota 5.1)		4.213						4.213	2.789		-	-
Arrendamentos (Nota 5.5)	1.224	3.237						4.461	1.033	38.006	38.006	8.259
Outros clientes			8					8	264	1	1	-
Total	7.601	44.622	801	1.361	823	3.712	(4.562)	54.358	43.513	88.422	88.422	75.455

Os saldos de Clientes são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente, pela taxa de financiamento de cada projeto, e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

#### 5.1 Construção de usina solar

A variação é decorrente do saldo a receber da construção de um sistema gerador fotovoltaico, com potência instalada de 1.252,8 kWp (quilowatt-pico), com geração média de 151,4 Mwmédio/hora para atendimento, pelo regime de autoprodução de energia elétrica. O prazo do contrato é de nove meses, com início em 1º de abril de 2020.

#### 5.2 Eficiência energética

A variação no exercício, em contrapartida da Receita (Nota 21), é decorrente da evolução na execução de projetos em andamento de cliente da controlada EDP Soluções.

#### 5.3 Dispêndios a reembolsar

O saldo de dispêndios a reembolsar referem-se aos valores de equipamentos aplicados nos projetos de clientes de eficiência energética, os quais serão reembolsados pelos clientes.

O aumento no exercício é em decorrência, principalmente, dos projetos de eficiência energética em andamento, conforme descrito na nota 5.2.

#### 5.4 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

	Controladora			Consolidado		
	PECLD esperada			PECLD esperada		
	Saldo em 31/12/2019	Adição	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019	Ao longo da vida	Saldo em 31/12/2020
Concessionárias						
Cientes	(239)	(311)	(550)	(3.404)	(1.158)	(4.562)
Total Circulante	(239)	(311)	(550)	(3.404)	(1.158)	(4.562)

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Clientes e, de acordo com a abordagem simplificada, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A PECLD é calculada levando em consideração o risco de crédito de seus clientes junto à Instituições de Crédito. Sempre que houver deterioração no rating do cliente em comparação ao momento em que ocorreu a venda, a perda é incrementada para os próximos 12 meses, independentemente de haver atraso. O atraso é um fator adicional considerado no cálculo da PECLD para determinar se a mesma é calculada ao longo da vida ou para os próximos 12 meses.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito está divulgada na nota 26.5.3.

#### 5.5 Arrendamentos a receber

O reconhecimento de receita dos contratos de arrendamento é referenciado no CPC 06 (R2) Arrendamentos, adotado a partir de 1º janeiro de 2019. Para o arrendador, são classificados os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Para tanto, no início de um contrato deve-se determinar se este é ou contém um arrendamento. O conceito de ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. Ademais, o contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Os arrendamentos nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Nesta classificação, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos respectivos ativos arrendados, durante o período do arrendamento, sendo o saldo residual equivalente ao tempo de vida útil remanescente ao prazo contratual.

Para os contratos em que há, além da transferência do direito de uso de ativos, também a alienação substancial dos riscos e benefícios ao arrendatário, os mesmos são classificados como arrendamentos financeiros. Nesta modalidade, quando a Companhia identifica o marco temporal e contratual de transferência substancial de riscos e benefícios relativos ao bem, ocorre a data de início do arrendamento, havendo o reconhecimento inicial das contraprestações contratuais a receber pelo valor líquido de investimento, ou seja, descontado por taxa implícita, que remunera o investimento e contém o custo de formação do ativo. As receitas referentes ao componente de financiamento dos contratos são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício no decorrer do período contratual.

O registro dos montantes a receber dos contratos de arrendamentos e aluguéis, em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 na Companhia e suas controladas está demonstrado abaixo:

Controladora						
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas/Recebimentos	Receita financeira de arrendamento (recomposição AVP)	AVP Inicial	Saldo em 31/12/2020
<b>Circulante</b>						
Usina solar	1.033	1.005	(800)	31	(45)	1.224
<b>Total Circulante</b>	<b>1.033</b>	<b>1.005</b>	<b>(800)</b>	<b>31</b>	<b>(45)</b>	<b>1.224</b>
<b>Não circulante</b>						
Usina solar	8.259	2.003	-	-	(674)	9.588
<b>Total Não circulante</b>	<b>8.259</b>	<b>2.003</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(674)</b>	<b>9.588</b>
<b>Total</b>	<b>9.292</b>	<b>3.008</b>	<b>(800)</b>	<b>31</b>	<b>(719)</b>	<b>10.812</b>

  

Consolidado							
Ativos de arrendamento	Nota	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas/Recebimentos	Receita financeira de arrendamento (recomposição AVP)	AVP Inicial	Saldo em 31/12/2020
<b>Circulante</b>							
Usina solar		1.033	1.005	(800)	31	(45)	1.224
Caldeira de vapor	5.5.1	-	4.852	-	80	(1.695)	3.237
<b>Total Circulante</b>		<b>1.033</b>	<b>5.857</b>	<b>(800)</b>	<b>111</b>	<b>(1.740)</b>	<b>4.461</b>
<b>Não circulante</b>							
Usina solar		8.259	2.003	-	-	(674)	9.588
Caldeira de vapor		-	43.671	-	-	(15.253)	28.418
<b>Total Não circulante</b>		<b>8.259</b>	<b>45.674</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(15.927)</b>	<b>38.006</b>
<b>Total</b>		<b>9.292</b>	<b>51.531</b>	<b>(800)</b>	<b>111</b>	<b>(17.667)</b>	<b>42.467</b>

Os vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de recebimentos, descontados a valor presente pela taxa de 7,82% na Companhia e 8,72% e 7,31% na controlada EDP Soluções:

Ano	Consolidado
	Arrendamentos a receber
	Valor
<b>Circulante</b>	
2021	4.381
Juros embutidos	80
<b>Total Circulante</b>	<b>4.461</b>
<b>Não Circulante</b>	
2022	4.132
2023	4.132
2024	4.132
2025	4.132
2026	4.132
2027 até 2038	17.346
Juros embutidos	-
<b>Total Não Circulante</b>	<b>38.006</b>
<b>Total</b>	<b>42.467</b>

5.5.1 O montante refere-se a projetos de Centrais de Geração de Vapor movidas a biomassa, para dois clientes, cujos contrato efetuados no exercício foram da modalidade arrendamento financeiro.

## 6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Controladora							
	Saldo em 31/12/2019	Adição	Compensação de tributos	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Transferência	Reclassificação	Saldo em 31/12/2020
<b>Ativos compensáveis</b>								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	632	-	-	11	-	706	-	1.349
<b>Total</b>	<b>632</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11</b>	<b>-</b>	<b>706</b>	<b>-</b>	<b>1.349</b>
<b>Outros tributos compensáveis</b>								
ICMS	677	86	(128)	-	-	-	-	635
PIS e COFINS	4.786	802	-	-	-	-	-	5.588
IRRF sobre aplicações financeiras	748	8	-	-	-	(469)	789	1.076
IR/CS retidos sobre faturamento	791	246	-	-	-	(164)	(789)	84
Outros	904	670	-	-	-	(35)	-	1.539
<b>Total Circulante</b>	<b>7.906</b>	<b>1.812</b>	<b>(128)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(668)</b>	<b>-</b>	<b>8.922</b>
<b>Passivos a recolher</b>								
Outros tributos a recolher								
ICMS	206	497	(128)	-	(304)	-	-	271
PIS e COFINS	87	2.673	-	-	(2.704)	(2)	-	54
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	409	1.475	-	-	(1.746)	42	-	180
Encargos com pessoal	183	2.208	-	1	(2.194)	-	-	198
Outros	65	6.567	-	15	(6.625)	(2)	-	20
<b>Total Circulante</b>	<b>950</b>	<b>13.420</b>	<b>(128)</b>	<b>16</b>	<b>(13.573)</b>	<b>38</b>	<b>-</b>	<b>723</b>

	Consolidado							Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Adição	Compensação de tributos	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Transferência	Reclassificação	
<b>Ativos compensáveis</b>								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	632	-	-	11	33	706	-	1.382
Total	632	-	-	11	33	706	-	1.382
Outros tributos compensáveis								
ICMS	1.273	856	(128)	-	(67)	(588)	-	1.346
PIS e COFINS	4.786	802	-	-	-	-	-	5.588
IRRF sobre aplicações financeiras	762	23	-	-	-	(473)	789	1.101
IR/CS retidos sobre faturamento	873	316	-	-	-	(175)	(789)	225
Outros	2.357	1.196	-	-	-	(92)	-	3.461
Total Circulante	10.051	3.193	(128)	-	(67)	(1.328)	-	11.721
<b>Passivos a recolher</b>								
Imposto de renda e contribuição social a recolher	528	2.392	-	-	(2.077)	(23)	-	820
Total Circulante	528	2.392	-	-	(2.077)	(23)	-	820
Outros tributos a recolher								
ICMS	1.071	4.249	(128)	-	(3.407)	(588)	-	1.197
PIS e COFINS	618	5.197	-	-	(4.084)	(51)	-	1.680
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	464	1.871	-	5	(2.147)	42	-	235
Encargos com pessoal	876	4.850	-	6	(4.556)	-	-	1.176
Outros	65	6.567	-	15	(6.825)	(2)	-	20
Total Circulante	3.094	22.734	(128)	26	(20.819)	(599)	-	4.308

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia ou sua controlada pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

## 7 Empréstimos a receber

O montante de R\$16.675 refere-se a mútuo entre a Companhia e sua controlada EDP Soluções, com vigência inicial de 28 de janeiro de 2019 a 20 de janeiro de 2020, tendo o vencimento postergado para 27 de janeiro de 2021, no valor principal de R\$15.000, com custo de 100,3% do CDI, e forma de pagamento do principal e juros em parcela única no final do contrato.

## 8 Estoques

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Material de almoxarifado					
Kit fotovoltaico	8.1	424	2.750	424	2.750
Estoque de Produtos em Elaboração					
Usina de produção de vapor	8.2	-	-	2.176	5.559
Outros	-	-	-	33	42
Total	-	424	2.750	2.633	8.351

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

### 8.1 Kit fotovoltaico

Os Kits Fotovoltaicos (painéis solares, *combiners* e inversores) são dispositivos que compõe o sistema de energia solar fotovoltaico, armazenados com objetivo de construir usinas solares para os novos negócios da Companhia. A redução no exercício é decorrente da utilização dos kits em projetos de usinas fotovoltaicas.

### 8.2 Estoque de Produtos em Elaboração

A diminuição do saldo de estoques de produtos em elaboração da controlada EDP Soluções e é decorrente do início da operação de 2 Centrais de Geração de Vapor no último trimestre do exercício, às quais estavam em construção no exercício anterior. O saldo da conta no encerramento do exercício de 2020 é referente a projeto de construção de Central de Geração de Vapor em andamento na modalidade arrendamento financeiro.

## 9 Tributos diferidos

	Nota	Controladora				Consolidado					
		Ativo		Passivo		Ativo		Passivo			
		Não circulante	Não circulante	Não circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	Não circulante		
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019		
PIS e COFINS	9.1	-	-	1.168	1.001	-	-	973	716	2.225	2.474
Imposto sobre serviços	9.1	-	-	1.168	1.001	-	-	1.067	785	1.159	1.615
		-	-	1.168	1.001	-	-	2.040	1.501	3.384	4.089
Imposto de renda e	9.2	7.418	2.725	-	-	7.418	2.725	-	-	10.202	7.283
		7.418	2.725	-	-	7.418	2.725	-	-	10.202	7.283
Total		7.418	2.725	1.168	1.001	7.418	2.725	2.040	1.501	13.586	11.372

### 9.1 PIS, COFINS e Imposto sobre serviços

O montante refere-se aos tributos diferidos reconhecidos em razão do reconhecimento das receitas pelo método do insumo (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente).

### 9.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

### 9.2.1 Composição

	Controladora						Patrimônio Líquido 31/12/2020
	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	
<b>Natureza dos créditos</b>							
Prejuízos Fiscais	5.641	2.696			2.945	287	
Base Negativa da Contribuição Social	2.429	1.369			1.060	103	
	8.070	4.065	-	-	4.005	390	-
<b>Diferenças Temporárias</b>							
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	136	31			105	14	
Instrumentos financeiros - CPC 39	718						718
Outras	3.217	2.716	4.723	4.087	(135)	(549)	
<b>Total diferenças temporárias</b>	4.071	2.747	4.723	4.087	(30)	(535)	718
<b>Total bruto</b>	12.141	6.812	4.723	4.087	3.975	(145)	718
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(4.723)	(4.087)	(4.723)	(4.087)			
<b>Total</b>	7.418	2.725	-	-	3.975	(145)	718
	Consolidado						
	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio Líquido 31/12/2020
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	
<b>Natureza dos créditos</b>							
Prejuízos Fiscais	5.641	2.696			2.945	287	
Base Negativa da Contribuição Social	2.429	1.369			1.060	103	
	8.070	4.065	-	-	4.005	390	-
<b>Diferenças Temporárias</b>							
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	136	31			105	14	
Instrumentos financeiros - CPC 39	718						718
Reconhecimento de receitas			10.202	7.283	(2.919)	336	
Outras	3.217	2.716	4.723	4.087	(135)	(549)	
<b>Total diferenças temporárias</b>	4.071	2.747	14.925	11.370	(2.949)	(199)	718
<b>Total bruto</b>	12.141	6.812	14.925	11.370	1.056	191	718
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(4.723)	(4.087)	(4.723)	(4.087)			
<b>Total</b>	7.418	2.725	10.202	7.283	1.056	191	718

### 9.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Controladora e Consolidado						Total Não circulante
2021	2022	2023	2024	2025		
990	8.580	1.156	707	708		12.141

### 10 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Controladora				Consolidado					
		Saldo em 31/12/2019	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2020
Depósitos judiciais	19.1	1.938		20		1.958	2.570	7	35		2.612
Cauções		131	65	69	(132)	133	1.089	1.647	105	(1.106)	1.735
<b>Total</b>		2.069	65	89	(132)	2.091	3.659	1.654	140	(1.106)	4.347
Circulante		131				66	1.089				705
Não Circulante		1.938				2.025	2.570				3.642
<b>Total</b>		2.069				2.091	3.659				4.347

#### 10.1 Cauções

Referem-se a depósitos caucionados relacionados à contratos de garantias junto a clientes a serem executados quando do não recebimento dos valores estabelecidos em contrato.

### 11 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:



**(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" nas localidades: (i) Sede em São Paulo – SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Espírito Santo, EDP São Paulo e Energest; e (ii) Centro Operativo em Carapina – ES, tendo como Contratada a EDP Espírito Santo e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investco. Com a alienação da Santa Fé em dezembro de 2018, a partir de 2019 a referida encontra-se excluída do compartilhamento.

Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho, entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, a EDP Espírito Santo solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987/16.

Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

Foi firmado contrato de compartilhamento de infraestrutura com vigência de 36 meses a partir de 1º de janeiro de 2019 para as Companhias EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP Comercializadora, EDP GRID, EDP Soluções, Lajeado, Porto do Pecém, Investco, EDP Varejista e Instituto EDP considerando os mesmos critérios adotados anteriormente.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

**(b) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** A partir de 1º de janeiro de 2018 e com prazo de vigência de 24 meses, foi celebrado o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos entre a Companhia, a EDP GRID e a EDP - Energias do Brasil, utilizando o critério de alocação dos gastos pelo percentual de dedicação da atividade, processo ou departamento às partes relacionadas.

Foi realizada a renovação a partir de 1º de janeiro de 2020 e com prazo de vigência de 24 meses, foi celebrado o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos entre a Companhia, as controladas EDP Varejista, EDP GRID e EDP Soluções, utilizando o critério de alocação dos gastos pelo percentual de dedicação da atividade, processo ou departamento às partes relacionadas.

**(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc..

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve todas as controladas e controladas em conjunto pertencentes ao Grupo EDP - Energias do Brasil.

#### 11.1 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação dos AFACs realizados e recebidos no exercício é a seguinte:

	<u>Controladora</u> <u>Ativo Não</u> <u>circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.550
AFACs - EDP Soluções	23.900
Aumento de Capital social na controlada EDP Soluções (Nota 13.2)	(18.250)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>17.200</u>

	<u>Consolidado</u> <u>Passivo Não</u> <u>circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.500
AFACs - EDP - Energias do Brasil	72.300
Aumento de Capital social (Nota 20.1)	(19.700)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>68.100</u>

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Companhia assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

#### 11.2 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A..

#### 11.3 Remuneração dos administradores

##### 11.3.1 Opções de ações outorgadas da controladora

Em maio de 2016, junho de 2018 e junho de 2019, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu o primeiro, o terceiro e o quarto, planos de remuneração baseado em ações, respectivamente, o qual concede outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os mesmos, encontram-se diretores estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2020 da Companhia o montante de R\$163 (R\$75 em 2019) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga. A outorga das ações serão concedidas quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início do plano.

##### 11.3.2 Remuneração total da Diretoria Estatutária pago pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro

	<u>Diretoria Estatutária</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remuneração (a)	2.197	1.954
Benefícios de curto prazo (b)	32	48
Benefícios - Previdência Privada	75	120
Total	<u>2.304</u>	<u>2.122</u>

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

12 Outros créditos – Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outros créditos - Ativo									
Adiantamentos		8	258			3.084	1.591		
Bens destinados à alienação/desativação		49				49			
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	11			148	399			148	1.391
Outros		861	79			1.088	106		10
<b>Total</b>		<b>918</b>	<b>337</b>	<b>148</b>	<b>399</b>	<b>4.221</b>	<b>1.697</b>	<b>148</b>	<b>1.401</b>
Outras contas a pagar - Passivo									
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas		69		695	196	69		2.173	2.140
Arrendamentos e aluguéis	12.1	368	353	1.553	124	1.014	1.238	3.177	1.203
Outros		2.227	288			3.957	1.330	881	881
<b>Total</b>		<b>2.664</b>	<b>641</b>	<b>2.248</b>	<b>320</b>	<b>5.040</b>	<b>2.568</b>	<b>6.231</b>	<b>4.224</b>

12.1 Arrendamentos e aluguéis

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia e suas controladas efetuaram os registros dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Controladora							Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Pagamentos	Juros e Atualização Monetária	Transferências	AVP	Baixas	
Circulante								
Edifícios	278	1.277	(321)	(62)	(795)	33	(42)	368
Veículos	75		(92)	22	11	2	(18)	-
<b>Total</b>	<b>353</b>	<b>1.277</b>	<b>(413)</b>	<b>(40)</b>	<b>(784)</b>	<b>35</b>	<b>(60)</b>	<b>368</b>
Não circulante								
Edifícios	104	231		286	795	127		1.543
Veículos	20			1	(11)			10
<b>Total</b>	<b>124</b>	<b>231</b>	<b>-</b>	<b>287</b>	<b>784</b>	<b>127</b>	<b>-</b>	<b>1.553</b>
<b>Total</b>	<b>477</b>	<b>1.508</b>	<b>(413)</b>	<b>247</b>	<b>-</b>	<b>162</b>	<b>(60)</b>	<b>1.921</b>
Consolidado								
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Pagamentos	Juros e Atualização Monetária	Transferências	AVP	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Circulante								
Edifícios	818	1.672	(863)	(87)	(946)	211	(47)	758
Veículos	420		(151)	(9)	120	15	(139)	256
<b>Total</b>	<b>1.238</b>	<b>1.672</b>	<b>(1.014)</b>	<b>(96)</b>	<b>(826)</b>	<b>226</b>	<b>(186)</b>	<b>1.014</b>
Não circulante								
Edifícios	1.159	475		316	946	155		3.051
Veículos	44			183	(120)	19		126
<b>Total</b>	<b>1.203</b>	<b>475</b>	<b>-</b>	<b>499</b>	<b>826</b>	<b>174</b>	<b>-</b>	<b>3.177</b>
<b>Total</b>	<b>2.441</b>	<b>2.147</b>	<b>(1.014)</b>	<b>403</b>	<b>-</b>	<b>400</b>	<b>(186)</b>	<b>4.191</b>

Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Edifícios		Veículos		Edifícios		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
<b>Circulante</b>								
2021 Juros embutidos	359	10%			735	19%	253	10%
<b>Total</b>	<b>368</b>		<b>-</b>		<b>758</b>		<b>256</b>	
<b>Não Circulante</b>								
2021								
2022	175	11%	9	10%	621	21%	115	19%
2023	123	12%			529	22%		
2024	102	12%			312	22%		
2025	92	12%			441	22%		
2026 até 2038	904	12%			904	12%		
Juros embutidos	147		1		244		11	
<b>Total</b>	<b>1.543</b>		<b>10</b>		<b>3.051</b>		<b>126</b>	

### 13 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, os investimentos na EDP Soluções e na UFV, nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 100% dos direitos a voto na EDP Soluções e 100% das quotas na UFV, e são avaliadas por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação, nas demonstrações financeiras consolidadas, cessa a partir da data em que a Companhia perde o controle da investida.

#### 13.1 Aquisição de ativos - UFV

Em 1º de julho de 2020 a Companhia informou que assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações da UFV SP V Equipamentos Fotovoltaicos Ltda, adquirindo 100% das quotas que correspondem ao seu capital social total.

A determinação do valor na aquisição de ativos foi feita com base na avaliação da Companhia juntamente com avaliador independente contratado pela mesma. Foram concluídas as análises dos efeitos do valor de aquisição da UFV SP V Equipamentos Fotovoltaicos até a aprovação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

O valor de aquisição dos ativos e passivos na data de aquisição é apresentado a seguir:

	Valor de aquisição
<b>Ativos</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	2
Outros Créditos	675
Imobilizado	12.690
	<u>13.367</u>
<b>Passivos</b>	
Fornecedores	428
Impostos e contribuições sociais e diferidos	55
Outras Obrigações	12.907
	<u>13.390</u>
<b>Total do acervo líquido</b>	<u><u>(23)</u></u>
<b>Aquisição de ativos</b>	
Desembolso à vista	125
<b>Total pago na aquisição</b>	<u>125</u>
Valor do acervo líquido adquirido	<u>(23)</u>
<b>Valor a ser alocado</b>	<u>102</u>
<b>Fluxo de caixa da aquisição</b>	
Caixa líquido adquirido com a controlada UFV	2
Caixa pago	125
<b>Fluxo de saída de caixa líquido</b>	<u>127</u>

### 13.2 Movimentação dos investimentos no exercício

Nota	Controladora				% Participação Direta		
	Saldo em 31/12/2019	Adições (Nota 11.1)	Equivalência patrimonial	Aquisição de empresas	Saldo em 31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
<b>Investimentos</b>							
EDP Soluções	79.277	18.250	(1.382)		96.145	100,00	100,00
UFV SP V Equipamentos Fotovoltaicos	-	13.316	(48)	101	13.369		
<b>Total</b>	<u>79.277</u>	<u>31.566</u>	<u>(1.430)</u>	<u>101</u>	<u>109.514</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>
<b>Goodwill</b>							
EDP Soluções	31.804				31.804		
	<u>31.804</u>	-	-	-	<u>31.804</u>		
<b>Total</b>	<u>111.081</u>	<u>31.566</u>	<u>(1.430)</u>	<u>101</u>	<u>141.318</u>		

#### 13.2.1 Goodwill

O Goodwill é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do Goodwill inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o Goodwill é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. O Goodwill não deve ser amortizado, mas é objeto de análise de redução ao valor recuperável.

Conforme o ICPC 09 o *Goodwill* é classificado na rubrica de Investimentos na controladora. Para fins de consolidação, o mesmo será classificado como Intangível (Nota 15).

### 13.2 Participação direta do investimento

	EDP Soluções		UFV SP V
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)			
Ordinárias	14.499	14.499	13.441
Capital social integralizado	100	100	100
Capital votante / Quotas	100	100	100
Ativos totais	162.010	135.586	13.774
Passivos (Circulantes e Não circulantes)	65.865	56.309	405
Patrimônio líquido	96.145	79.277	13.369
Receitas	58.804	40.708	1.182
Resultado líquido do exercício	(1.382)	516	(48)

### 13.3 Reconciliação do investimento

	EDP Soluções		UFV SP V
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
<b>Patrimônio líquido - Saldo inicial</b>	79.277	64.661	
Aumento de capital	18.250	14.100	13.316
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.382)	516	(48)
Aquisição de investimentos			101
<b>Patrimônio líquido - Saldo final</b>	<b>96.145</b>	<b>79.277</b>	<b>13.369</b>
Percentual de participação societária - %	100%	100%	100%
Participação nos investimentos	96.145	79.277	13.369
Mais Valia			
Goodwill	31.804	31.804	
<b>Saldo contábil do investimento na Controladora</b>	<b>127.949</b>	<b>111.081</b>	<b>13.369</b>

### 14 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

#### 14.1 Composição do imobilizado

	Controladora							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Administração								
Máquinas e equipamentos	5,11	42.423	(1.628)	40.795	6,25	18	(2)	16
Veículos	14,29	344	(90)	254	14,29	344	(41)	303
		<u>42.767</u>	<u>(1.718)</u>	<u>41.049</u>		<u>362</u>	<u>(43)</u>	<u>319</u>
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias		1.974	(531)	1.443		489	(213)	276
Veículos		188	(170)	18		188	(129)	59
Total Ativos de direito de uso		<u>2.162</u>	<u>(701)</u>	<u>1.461</u>		<u>677</u>	<u>(342)</u>	<u>335</u>
Imobilizado em curso								
Administração		29		29		29		29
Ativos destinados a arrendamentos operacionais								
Terrenos		1.300		1.300		1.739		1.739
Máquinas e equipamentos		39.441		39.441		65.500		65.500
Total do imobilizado em curso		<u>40.770</u>	<u>-</u>	<u>40.770</u>		<u>67.268</u>	<u>-</u>	<u>67.268</u>
Total do imobilizado		<u>85.699</u>	<u>(2.419)</u>	<u>83.280</u>		<u>68.307</u>	<u>(385)</u>	<u>67.922</u>

	Consolidado							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Máquinas e equipamentos	10,00	13.411	(894)	12.517				-
		13.411	(894)	12.517				-
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	12,50	1.440	(832)	608	12,50	1.440	(640)	800
Máquinas e equipamentos	7,93	76.889	(15.033)	61.856	12,25	23.159	(10.683)	12.476
Veículos	13,11	475	(190)	285	12,95	501	(159)	342
Móveis e utensílios	11,61	170	(145)	25	11,61	170	(129)	41
		78.974	(16.200)	62.774		25.270	(11.611)	13.659
Total do imobilizado em serviço		78.974	(16.200)	62.774		25.270	(11.611)	13.659
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	18,80	4.277	(1.388)	2.889	18,80	2.189	(596)	1.593
Veículos	33,33	597	(561)	36	33,33	597	(320)	277
Total Ativos de direito de uso		4.874	(1.949)	2.925		2.786	(916)	1.870
Imobilizado em curso								
Administração		1.650		1.650		1.020		1.020
Ativos destinados a arrendamentos operacionais								
Terrenos		1.300		1.300		1.739		1.739
Edificações, obras civis e benfeitorias		79		79		79		79
Máquinas e equipamentos		42.584		42.584		71.290		71.290
Total do imobilizado em curso		45.613		45.613		74.128		74.128
Total do imobilizado		142.872	(19.043)	123.829		102.184	(12.527)	89.657

#### Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2). As principais características dos contratos estão descritas abaixo:

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) à sede da Companhia localizada no Estado do Espírito Santo; e (ii) ao escritório administrativo da Companhia localizada em São Paulo.
- **Equipamentos de informática:**
- **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

#### 14.2 Movimentação do imobilizado

Nota	Controladora						
	Valor líquido 31/12/2019	Ingressos	Transferência para imobilizado	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2020
Imobilizado em serviço							
Máquinas e equipamentos	14.2.1	16		42.405	(1.626)		40.795
Veículos		303		(49)			254
Total do imobilizado em serviço		319	-	42.405	(1.675)	-	41.049
Ativos de direito de uso							
Edificações, obras civis e benfeitorias		276	1.508	(337)	(4)		1.443
Veículos		59		(41)			18
Total Ativos de direito de uso		335	1.508	(378)	(4)		1.461
Ativos destinados a arrendamentos operacionais							
Terrenos		1.739	392		(785)	(46)	1.300
Máquinas e equipamentos		27.271	27.687	(42.405)		26.888	39.441
Outros		38.229	1.823		(13.210)	(26.842)	-
Adiantamento a fornecedores		29					29
Total do imobilizado em curso		67.268	29.902	(42.405)	-	(13.995)	40.770
Total do imobilizado		67.922	31.410	-	(2.053)	(13.999)	83.280



**15.2 Movimentação do intangível**

		Controladora			
		Valor líquido		Amortiza-	Valor líquido
		31/12/2019	Ingressos	ções	31/12/2020
Intangível em serviço					
<i>Software</i>		221		(358)	(137)
Total do intangível em serviço		221	-	(358)	(137)
Intangível em curso	15.2.1	10.833	7.934		18.767
Total do Intangível		11.054	7.934	(358)	18.630

  

		Consolidado				
		Valor líquido		Transf. para	Amortiza-	Valor líquido
		31/12/2019	Ingressos	imobilizado	ções	31/12/2020
Nota				em serviço		
	Intangível em serviço					
	<i>Software</i>	1.207		3.002	(582)	3.627
	Total do intangível em serviço	1.207	-	3.002	(582)	3.627
	Intangível em curso					
	<i>Software</i>	12.629	8.033	(3.002)		17.660
	Total do Intangível em curso	12.629	8.033	(3.002)	-	17.660
	<i>Goodwill</i>	31.804				31.804
	Total do Intangível	45.640	8.033	-	(582)	53.091

**15.2.1 Software**

O aumento refere-se substancialmente a gastos com o software de vendas, que é uma plataforma pra integrar os clientes na Companhia.

**16 Fornecedores**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2020 na Companhia de R\$4.612 (R\$2.085 em 31 de dezembro de 2019) e Consolidado de R\$8.670 (R\$7.817 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a valores a pagar relativos à compras de materiais e serviços. O aumento do valor é devido principalmente pela contratação de consultoria para o desenvolvimento de negócios.

Notas explicativas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas  
17.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora e Consolidado								
										31/12/2020			31/12/2019					
										Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total			
	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante											
Moeda nacional																		
MUFG - Cédula de Câmbio	82.000	20/08/2018	82.000	20/08/2018 a 22/08/2023	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado trimestralmente em Março, Junho, Setembro e Dezembro.	CDI + 0,45% a.a	Principal semestral a partir de agosto/2020 e juros semestral	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	5.437	93.429	46.857	145.723	1.676	2.906	11.714	140.286	156.582
										5.437	93.429	46.857	145.723	1.676	2.906	11.714	140.286	156.582

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. O valor total referente as garantias de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas mencionados acima do Consolidado é de R\$145.723 em 31 de dezembro de 2020 (R\$156.582 em 31 de dezembro de 2019).

**17.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício**

	Controladora e Consolidado				Valor líquido em 31/12/2020
	Valor líquido em 31/12/2019	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	
Circulante					
Principal	11.714	(11.714)		93.429	93.429
Juros	1.676	(3.628)	3.709	3.680	5.437
	13.390	(15.342)	3.709	97.109	98.866
Não circulante					
Principal	140.286		774	(93.429)	46.857
Juros	2.906			(3.680)	-
	143.192	-	774	(97.109)	46.857

**17.3 Vencimento das parcelas**

	Controladora e Consolidado
<b>Circulante</b>	
2021	98.866
	98.866
<b>Não circulante</b>	
2022	23.429
2023	23.428
	46.857
Total	145.723

**18 Obrigações Sociais e Trabalhistas**

Refere-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

**19 Provisões**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Não circulante		Não circulante	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.1	249	147	1.541	1.144
Total		249	147	1.541	1.144

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**19.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas**

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio de assessores jurídicos.

**19.1.1 Risco de perda provável**

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Consolidado							
		Passivo				Ativo			
		Saldo em 31/12/2019	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2020	Depósito judicial 31/12/2020	Depósito judicial 31/12/2019
Trabalhistas	19.1.1.1	948	125	(50)	(52)	176	1.147	617	600
Cíveis		1				1			2
Outros		195	210		(13)		392		
Total Não circulante		1.144	335	(50)	(65)	177	1.541	617	600

**19.1.1.1 Trabalhistas**

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, reintegração, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e seus reflexos.

**19.1.2 Risco de perda possível**

	Nota	Controladora				Consolidado				
		Ativo				Ativo				
		Depósito judicial		Depósito judicial		Depósito judicial		Depósito judicial		
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Trabalhistas					348	59				24
Cíveis	19.1.2.1				9.115	6.431				
Fiscais	19.1.2.2	3.720	3.442	18	17	3.720	3.442	18	17	
Total		3.720	3.442	18	17	13.183	9.932	18	41	

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$2.445 em 31 de dezembro de 2020 (R\$2.796 em 31 de dezembro de 2019).

**19.1.2.1 Cíveis**

A EDP Soluções é parte em três disputas judiciais que discutem suposto descumprimento contratual e possuem o valor estimado em 31 de dezembro de 2020 de R\$9.115 (R\$6.431 em 31 de dezembro de 2019). Atualmente as ações aguardam o início dos trabalhos periciais.

**19.1.2.2 Fiscais**

A Companhia discute administrativamente processos relativos à cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à sua atividade, totalizando o montante em 31 de dezembro de 2020 de R\$3.299 (R\$3.242 em 31 de dezembro de 2019). Em 2019 foram recepcionados novos casos, sendo que a Companhia apresentou defesa para todos processos, os quais aguardam julgamento.

**19.1.3 Risco de perda remota**

Adicionalmente, existem processos de natureza fiscal em andamento, cuja perda foi estimada como remota. O saldo dos depósitos judiciais Consolidado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$1.977 (R\$1.929 em 31 de dezembro de 2019).

**20 Patrimônio líquido**

**20.1 Capital social**

O Capital social em 31 de dezembro de 2020 totalmente subscrito e integralizado é de R\$102.786 (R\$83.086 em 31 de dezembro de 2019) composto de 10.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

Em 30 de abril de 2020 foi realizada AGOE onde retificou-se a AGOE de 29 de abril de 2019 referente ao aumento de capital equivocadamente de R\$86.086, para R\$83.086. Na mesma data foi aprovado o aumento de Capital social no montante de R\$19.700, sem emissão de novas ações, sendo integralizados da seguinte forma: (i) capitalização de créditos decorrentes de AFACs de titularidade da acionista EDP - Energias do Brasil (Nota 11.1) As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

**20.2 Reservas**

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Reservas de lucros			
Legal		1.012	1.012
Retenção de lucros	20.2.1	8.318	8.318
Total		9.330	9.330

**20.2.1 Retenção de lucros**

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

**21 Receitas**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia e suas controladas, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e suas controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

**Vendas à vista e vendas financiadas**

A receita é reconhecida quando da conclusão do projeto, em caso de venda à vista e financiadas. Para o caso de venda à prazo, o ajuste a valor presente é diferido no prazo do contrato.

**Vendas reconhecidas por transferência de controle faseada**

As vendas reconhecidas por transferência de controle faseada tem seu reconhecimento da receita diretamente associado à medição da prestação de serviços e de outros custos diretamente alocados, por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. Determinados contratos possuem componente de financiamento significativo, os quais são reconhecidos proporcionalmente ao longo do contrato utilizando a taxa de financiamento que seria refletida em uma transação separada entre as partes.

**Arrendamentos financeiros e operacionais**

Para os arrendamentos financeiros, as receitas referentes ao componente de financiamento dos contratos são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício no decorrer do período contratual, sendo seu reconhecimento inicial no início do arrendamento. Já para os arrendamentos operacionais, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos respectivos ativos arrendados, durante o período do arrendamento.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Venda de Produtos e Mercadorias</b>				
Venda de Vapor			24.255	22.966
Usina solar	6.445	5.617	6.445	5.617
	6.445	5.617	30.700	28.583
<b>Serviços prestados a terceiros</b>				
Gerenciamento de assinaturas		11.979	11.979	11.906
Eficiência energética	5.2	773	769	10.749
Outros serviços	21.2	5.065	428	5.065
		17.817	13.103	27.793
				38.475
<b>Arrendamento</b>				
Caldeira de Vapor	5.5	6.138	9.251	39.021
		6.138	9.251	39.021
				9.251
<b>Receita operacional bruta</b>				
		30.400	27.971	97.514
<b>(-) Deduções à receita operacional</b>				
Tributos sobre a receita				
ICMS		(145)	(4)	(4.498)
PIS/COFINS		(2.812)	(2.581)	(5.177)
ISS		(316)	(246)	(726)
		(3.273)	(2.831)	(10.401)
<b>Receitas</b>		27.127	25.140	87.113
				65.848

**21.2 Outros serviços**

O aumento do saldo de outros serviços é referente a novos de serviços realizados pela Companhia, como mobilidade elétrica e manutenção de usina solar.

**22 Gastos operacionais**

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia e nas controladas.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contempla os gastos diretamente vinculados a prestação de serviços e venda de mercadorias; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e das controladas representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisões judiciais, e demais gastos.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		Controladora				
		2020				
		Custos		Despesas Operacionais		
				Gerais e administrativas		
		De operação e produção	Prestado a terceiros	PECLD	Outras	Total
Pessoal e Administradores	22.1	3.695	1.641		5.058	10.394
Material	22.3	693	6.854		110	7.657
Serviços de terceiros	22.2	2.180	4.374		6.960	13.514
Depreciação - Imobilizado em serviço		5			1.670	1.675
Depreciação - Ativos de direito de uso					378	378
Amortização		154			204	358
PECLD / perdas líquidas				311		311
Arrendamentos e aluguéis		49	1		165	(55)
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						57
Outras		118	58		304	103
<b>Total</b>		<b>6.894</b>	<b>12.928</b>	<b>311</b>	<b>14.849</b>	<b>35.087</b>
		<b>Controladora</b>				
		2019				
		Custos		Despesas Operacionais		
				Gerais e administrativas		
		De operação e produção	Prestado a terceiros	PECLD	Outras	Total
Pessoal e Administradores	22.1	1.094	772		6.569	8.435
Material	22.3	2	5.379		34	5.415
Serviços de terceiros	22.2	75	4.084		4.662	8.821
Depreciação - Imobilizado em serviço					42	42
Depreciação - Ativos de direito de uso					342	342
Amortização					37	37
PECLD / perdas líquidas				161		161
Arrendamentos e aluguéis					66	66
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						(2.209)
Outras		119	269		(49)	49
<b>Total</b>		<b>1.290</b>	<b>10.504</b>	<b>161</b>	<b>11.703</b>	<b>21.498</b>
		<b>Consolidado</b>				
		2020				
		Custos		Despesas Operacionais		
				Gerais e administrativas		
		De operação e produção	Prestado a terceiros	PECLD	Outras	Total
Custo da matéria prima consumida		8.429				8.429
Pessoal e Administradores	22.1	7.016	3.898		9.070	19.984
Material	22.3	718	32.218		250	33.186
Serviços de terceiros	22.2	2.386	5.659		10.619	18.664
Depreciação - Imobilizado em serviço		3.732			1.778	5.510
Depreciação - Ativos de direito de uso					1.079	1.079
Amortização		154			428	582
PECLD / perdas líquidas				1.158		1.158
Arrendamentos e aluguéis		123	1		341	(172)
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						42
Outras		118	139		547	103
<b>Total</b>		<b>22.676</b>	<b>41.915</b>	<b>1.158</b>	<b>24.112</b>	<b>89.834</b>
		2019				
		Custos		Despesas Operacionais		
				Gerais e administrativas		
		De operação e produção	Prestado a terceiros	PECLD	Outras	Total
Custo da matéria prima consumida		7.990				7.990
Pessoal e Administradores	22.1	5.500	2.894		11.149	19.543
Material	22.3	16	6.357		115	6.488
Serviços de terceiros	22.2	257	9.054		7.244	16.555
Depreciação - Imobilizado em serviço		3.153			212	3.365
Depreciação - Ativos de direito de uso					916	916
Amortização					162	162
PECLD / perdas líquidas				2.627		2.627
Arrendamentos e aluguéis		64	151		142	357
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						(2.188)
Outras		266	451		395	71
<b>Total</b>		<b>17.246</b>	<b>18.907</b>	<b>2.627</b>	<b>20.335</b>	<b>56.998</b>

## 22.1 Pessoal e Administradores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Pessoal				
Remuneração	3.181	3.273	6.815	7.536
Encargos	1.229	1.185	2.695	2.797
Previdência privada - Corrente	87	87	273	305
Despesas rescisórias	806	261	1.063	515
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	744	706	1.678	1.747
Outros benefícios - Corrente	786	831	1.699	1.914
Outros	1.646	772	3.914	2.894
	<b>8.479</b>	<b>7.115</b>	<b>18.137</b>	<b>17.708</b>
Administradores				
Honorários e encargos	1.817	1.271	1.741	1.764
Benefícios dos administradores	98	49	106	71
	<b>1.915</b>	<b>1.320</b>	<b>1.847</b>	<b>1.835</b>
	<b>10.394</b>	<b>8.435</b>	<b>19.984</b>	<b>19.543</b>

## 22.2 Serviços de terceiros

Nota	Controladora		Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
Serviços de consultoria	22.2.3	5.236	1.824	6.708	2.121
Serviços de informática		733		1.450	994
Serviços de publicação e publicidade		175	614	340	877
Serviços de transporte		82	331	283	777
Serviços Compartilhados		777	736	1.736	1.505
Custo do serviço prestado a terceiros	22.2.4	4.374	4.005	5.659	8.975
Outros		2.137	1.311	2.488	1.306
		<u>13.514</u>	<u>8.821</u>	<u>18.664</u>	<u>16.555</u>

### 22.2.3 Serviços de consultoria

O aumento do saldo é decorrentes da contratação de serviços de consultoria para execução de planos de negócios e assuntos regulatórios

### 22.2.4 Custo do serviço prestado a terceiros

A variação no período é decorrente, substancialmente, da diminuição dos custos referente a projetos de eficiência enérgica finalizados no decorrer do exercício.

### 22.3 Material

O aumento apresentado na controladora é decorrente do reconhecimento da obra de 2 projetos de construção de usina solar, adicionalmente houve aumento nas vendas do B2C em relação ao grupo de mobilidade elétrica. Em relação ao Consolidado, a variação é advinda da controlada EDP Soluções, em vista do início da operação de 2 Caldeiras de Vapor no último trimestre de 2020.

## 23 Resultado financeiro

Nota	Controladora		Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
<b>Receitas financeiras</b>					
Juros e variações monetárias					
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	88	2.396	134	2.461
Depósitos judiciais	10	20	40	35	67
Contratos de mútuo		496	685		
Juros e multa sobre tributos	6	11	23	11	23
Arrendamentos e aluguéis					
Outros juros e variações monetárias			971		971
Ajustes a valor presente		55	108	55	108
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(32)	(224)	(33)	(230)
		<u>638</u>	<u>3.999</u>	<u>202</u>	<u>3.400</u>
<b>Despesas financeiras</b>					
<b>Encargos de dívida</b>					
Empréstimos e financiamentos	17.2	(4.483)	(7.886)	(4.739)	(8.228)
Operações de swap e hedge		(22)		(22)	
Juros e multa sobre tributos		(16)		(26)	(11)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.1.1		(98)	(177)	(245)
Arrendamentos e aluguéis		(409)	(77)	(803)	(413)
Outros juros e variações monetárias					
Outras despesas financeiras		(67)	(91)	(152)	(313)
		<u>(4.997)</u>	<u>(8.152)</u>	<u>(5.919)</u>	<u>(9.210)</u>
Total		<u>(4.359)</u>	<u>(4.153)</u>	<u>(5.717)</u>	<u>(5.810)</u>

## 24 Imposto de renda e contribuição social

Para a Companhia, o imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social correntes das controladas são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

A controlada EDP Soluções optou pelo regime de caixa onde é admissível a tributação da receita bruta somente por ocasião do efetivo recebimento, enquanto a controlada UFV optou pelo regime de Lucro Presumido.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	(13.749)	(80)	(8.438)	3.040
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	<u>4.675</u>	<u>27</u>	<u>2.869</u>	<u>(1.034)</u>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva</b>				
<b>IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes</b>				
Doações		(76)		(76)
Perdas ineditáveis		(41)		(41)
Resultados de equivalência patrimonial	(486)	147		
Outras	(214)	(202)	(214)	(202)
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos				(28)
Ajuste lucro presumido			(4.015)	(1.908)
Incentivos fiscais			24	24
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>3.975</u>	<u>(145)</u>	<u>(1.336)</u>	<u>(3.265)</u>
Alíquota efetiva	28,91%	-181,25%	-15,83%	107,40%

## 25 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia e suas controladas não operaram com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(9.774)	(1.651)	(9.774)	(1.651)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	10	10	10	10
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(977,40)	(165,10)	(977,40)	(165,10)

## 26 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

### 26.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

### 26.2 Contabilidade de hedge (*hedge accounting*)

A Companhia passou a qualificar em 2020 determinados instrumentos financeiros para a contabilidade de cobertura (*hedge accounting*). Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo da contabilidade de cobertura adotado e, para isso, os seguintes requisitos foram atendidos:

- (i) para a data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- (ii) existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável;
- (iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de *hedge accounting*; e
- (v) em relação a cobertura de uma transação prevista, esta deve ser altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia, em última análise, afetar o resultado.

#### • Cobertura de fluxos de caixa

A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido – na rubrica Outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do exercício, no momento em que ocorre a inefetividade.

Os valores acumulados no Patrimônio líquido transitam pelo resultado nos exercícios em que o item coberto afeta o resultado, entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados no Patrimônio líquido são reconhecidos, por contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em Patrimônio líquido na data mantém-se em Patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultado. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de Patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### • Efetividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a Companhia executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, e retroativamente de modo a demonstrar a sua efetividade e que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

### 26.3 Contratos de *hedge accounting* e NDFs

A Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros e variação cambial. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura são registrados como para negociação.

Em 2020, a Companhia adotou metodologia de *hedge accounting*, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial nas aquisições de mercadorias em moeda estrangeira. Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MtM (*mark-to-market*), líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo. A diferença entre o valor justo e a taxa fixada é a parcela inefetiva e, por consequência, é reconhecida no resultado.

Os impactos dos ganhos e perdas das transações com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 foram os seguintes:

	Resultado	Patrimônio líquido
	2020	
Derivativos com propósito de proteção		
Riscos cambiais	(22)	(2.113)
Total	(22)	(2.113)

Segue abaixo quadro contendo as principais informações a respeito dos derivativos da Companhia:

Descrição	Contraparte	Vigência	Posição	Nacional USD	Nacional R\$	Valor Justo	Efeitos no Resultado
				31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
<b>NDFs</b>							
Compra	Citibank	19/10/2020 a 31/05/2021	BRL/USD 5,6221	1.366	7.097	(573)	
Venda							
Compra	Citibank	19/10/2020 a 30/07/2021	BRL/USD 5,6444	3.097	16.094	(1.313)	
Venda							
Compra	Safra	16/11/2020 a 30/07/2021	BRL/USD 5,4940	298	1.549	(82)	
Venda							
Compra	Safra	16/11/2020 a 30/07/2021	BRL/USD 5,4940	60	310	(16)	
Venda							
<b>Opções</b>							
Compra	Safra	18/06/2020 a 24/06/2020	BRL/USD 5,3500				(22)
Venda							
Compra	Safra	01/10/2020 a 18/11/2020	BRL/USD 5,6450			(129)	
Venda							
Total						(2.113)	(22)

#### 26.4 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Nota	Níveis	Controladora			
		Valor justo		Valor contábil	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativos Financeiros</b>					
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
<b>No reconhecimento inicial ou subsequentemente</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Aplicações financeiras	Nível 2		8.577		8.577
<b>Obrigatórios</b>					
Outros créditos - Derivativos		(2.113)		(2.113)	
		(2.113)	8.577	(2.113)	8.577
<b>Custo amortizado</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Bancos conta movimento	Nível 2	343	698	343	698
Clientes	Nível 2	22.255	21.592	22.255	19.968
Empréstimos a receber	Nível 2	16.675	15.923	16.675	15.923
Cauções	10	133	131	133	131
Títulos e valores mobiliários		3	77	3	71
Outros créditos - Partes relacionadas	12	148	399	148	399
		39.557	38.820	39.557	37.190
		37.444	47.397	37.444	45.767
<b>Passivos Financeiros</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores	16	4.612	2.085	4.612	2.085
Moeda nacional		143.924	155.257	145.723	156.582
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	12	764	196	764	196
Arrendamentos e aluguéis	Nível 2	2.094	477	1.921	477
		151.394	158.015	153.020	159.340
		151.394	158.015	153.020	159.340

Nota	Níveis	Consolidado			
		Valor justo		Valor contábil	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativos Financeiros</b>					
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
<b>No reconhecimento inicial ou subsequentemente</b>					
Caixa e equivalentes de caixa					
	Nível 2		8.577		8.577
Aplicações financeiras					
<b>Obrigatórios</b>					
Outros créditos - Derivativos					
		(2.113)		(2.113)	
		(2.113)	8.577	(2.113)	8.577
<b>Custo amortizado</b>					
Caixa e equivalentes de caixa					
4					
	Nível 2	1.796	1.069	1.796	1.069
Bancos conta movimento					
	Nível 2	142.780	121.284	142.780	118.968
Clientes					
5					
	Nível 2	1.735	1.089	1.735	1.089
Cauções					
10					
	Nível 2	3	77	3	71
Títulos e valores mobiliários					
	Nível 2	148	1.391	148	1.391
Outros créditos - Partes relacionadas					
12					
	Nível 2	146.462	124.910	146.462	122.588
		144.349	133.487	144.349	131.165
<b>Passivos Financeiros</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores					
16					
	Nível 2	8.670	7.817	8.670	7.817
Empréstimos e financiamentos					
17					
	Nível 2	143.924	155.257	145.723	156.582
Moeda nacional					
	Nível 2	2.242	2.140	2.242	2.140
Outras contas a pagar - Partes relacionadas					
12					
	Nível 2	4.707	2.441	4.191	2.441
Arrendamentos e alugueis					
		159.543	167.655	160.826	168.980
		159.543	167.655	160.826	168.980

#### 26.4.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e suas controladas avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

##### • Custo amortizado

Se a Companhia e suas controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

##### • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia e suas controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

##### • Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia e suas controladas possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia e suas controladas desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

#### 26.4.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia e suas controladas também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

#### 26.1.4 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e suas controladas projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, da controlada e da contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 17), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos Clientes e Empréstimos e financiamentos diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Clientes: são mensurados por meio do modelo de precificação aplicado pela companhia, levando em consideração os fluxos futuros de recebimentos, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio da análise de retorno de investimento WACC. Desta forma, o valor de mercado de um recebível corresponde ao seu valor de recebimento trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

(ii) Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

#### 26.1.4.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e das controladas. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

#### 26.5 Gestão de riscos

Desde 2006 o Grupo EDP – Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo o mesmo sido consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

O Grupo EDP – Energias do Brasil, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, segregou as funções de *Compliance* e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos, foi criada uma Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

Dessa forma, o Grupo EDP – Energias do Brasil possui uma área de Riscos e Crise, na qual realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises, com o objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, para que sejam tomadas as providências necessárias.

A Gestão do Risco está definida através de uma Política de Risco do Negócio, pública ao mercado, e as diretrizes da sua metodologia estão publicadas na Norma de Riscos Corporativos. Ainda em linha com as melhores práticas, esse processo está baseado em metodologias reconhecidas, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000, que fornece diretrizes para gerenciar riscos enfrentados pelas organizações por meio de uma linguagem e abordagem comuns à quaisquer tipos de riscos.

No Grupo EDP - Energias do Brasil os riscos são priorizados seguindo os parâmetros estratégicos e definidos de forma colegiada através do Comitê de Auditoria, esse representado pelas Diretorias das Unidades Negócios, de forma a garantir a governança do processo e atuar como elo entre a Administração da Companhia e a operação.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

#### 26.5.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

O empréstimo captado pela Companhia apresentado na nota 17, possui como contraparte o Banco MUFG. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem um risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia e suas controladas estão expostas a oscilação da CDI e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia e suas controladas não possuem exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Com a pandemia da COVID-19 (Nota 3.1) a Administração da Companhia avaliou suas principais exposições tendo concluído que, no período, não há incremento de risco significativo de mercado, conforme exposto acima.

#### 26.5.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e de suas controladas em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e suas controladas, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e sua controlada, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Controladora							
Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Cauções e depósitos vinculados	CDI	133	2		2	1	1	(1)	(1)
Títulos e valores mobiliários	CDI	3							
Empréstimos a receber - Mútuo	CDI	16.675	22		22	5	11	(5)	(11)
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>CDI</b>	<b>16.811</b>	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>24</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>(6)</b>	<b>(12)</b>
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(145.723)	(1.816)	(1.901)	(3.717)	(768)	(1.562)	829	1.632
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>CDI</b>	<b>(145.723)</b>	<b>(1.816)</b>	<b>(1.901)</b>	<b>(3.717)</b>	<b>(768)</b>	<b>(1.562)</b>	<b>829</b>	<b>1.632</b>
		<u>(128.912)</u>	<u>(1.792)</u>	<u>(1.901)</u>	<u>(3.693)</u>	<u>(762)</u>	<u>(1.550)</u>	<u>823</u>	<u>1.620</u>

  

		Consolidado							
Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.735	48	156	204	56	113	(54)	(106)
Títulos e valores mobiliários	CDI	3							
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>CDI</b>	<b>1.738</b>	<b>48</b>	<b>156</b>	<b>204</b>	<b>56</b>	<b>113</b>	<b>(54)</b>	<b>(106)</b>
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(145.723)	(1.816)	(1.901)	(3.717)	(768)	(1.562)	829	1.632
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>CDI</b>	<b>(145.723)</b>	<b>(1.816)</b>	<b>(1.901)</b>	<b>(3.717)</b>	<b>(768)</b>	<b>(1.562)</b>	<b>829</b>	<b>1.632</b>
		<u>(143.985)</u>	<u>(1.768)</u>	<u>(1.745)</u>	<u>(3.513)</u>	<u>(712)</u>	<u>(1.449)</u>	<u>775</u>	<u>1.526</u>

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e está alinhado com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou intervalos entre 1,8% e 6,0% a.a.



## 26.5.5 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarciar as dívidas existentes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Total dos empréstimos e debêntures	145.723	156.582	145.723	156.582
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(343)	(9.275)	(1.796)	(9.646)
(-) Títulos e valores mobiliários	(3)	(71)	(3)	(71)
Dívida líquida	145.377	147.236	143.924	146.865
Total do Patrimônio Líquido	93.123	84.592	93.123	84.592
Total do capital	238.500	231.828	237.047	231.457
Índice de alavancagem financeira - %	60,95%	63,51%	60,72%	63,45%

## 27 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

### 27.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Nota	Controladora					
	Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Efeito não caixa			Saldo em 31/12/2020
			Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	
<b>(Aumento) diminuição de ativos de financiamento</b>						
Títulos a receber e empréstimos a receber	15.923	-	-	-	(15.923)	-
	15.923	-	-	-	(15.923)	-
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	156.582	(15.342)	-	-	4.483	145.723
Arrendamentos e aluguéis	477	(413)	247	162	1.448	1.921
<b>Acionistas não controladores</b>						
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	11.1	15.500	4.200	-	48.400	68.100
Capital social	20.1	83.086	68.100	-	(48.400)	102.786
		255.645	56.545	247	162	5.931
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b>		239.722	56.545	247	162	21.854

Nota	Controladora					
	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Efeito não caixa			Saldo em 31/12/2019
			Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	
<b>(Aumento) diminuição de ativos de financiamento</b>						
Títulos a receber e empréstimos a receber	-	-	-	-	15.923	15.923
	-	-	-	-	15.923	15.923
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	84.176	-	-	-	-	156.582
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	477
<b>Acionistas não controladores</b>						
Adiantamento para futuro aumento de capital - A	10.000	-	-	-	-	15.500
Capital social	55.986	-	-	-	-	83.086
	150.162	96.822	63	14	8.584	255.645
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b>	150.162	96.822	63	14	(7.339)	239.722

Nota	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Efeito não caixa			Saldo em 31/12/2020
			Variação monetária e cambial	Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	156.582	(15.342)	-	-	4.483	145.723
Arrendamentos e aluguéis	2.441	(1.014)	403	400	1.961	4.191
<b>Acionistas não controladores</b>						
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	11.1	15.500	10.900	-	41.700	68.100
Capital social	20.1	83.086	71.355	-	(51.655)	102.786
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b>	257.609	65.899	403	400	(3.511)	320.800

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2019
			Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	91.342	57.250	10	7.980	156.582
Arrendamentos e aluguéis	-	(779)	265	2.807	2.293
<b>Acionistas não controladores</b>					
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	10.000	15.500		(10.000)	15.500
Capital social	55.986	17.100		10.000	83.086
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b>	<b>157.328</b>	<b>89.071</b>	<b>275</b>	<b>10.787</b>	<b>257.461</b>

## 27.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aumento de capital com integralização de AFAC	48.400	10.000	48.400	10.000
Aumento de capital em subsidiária com créditos de dividendos			2.113	
Aumento de capital em subsidiária com integralização de AFAC		9.300		
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado		698	1.961	2.807
Total	48.400	19.998	52.474	12.807

## 28 Compromissos contratuais e Garantias

### 28.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	2021	2022 a 2023	2024 a 2025	A partir de 2026	Total Geral	Total Geral
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	80.837	4.352	350	168	85.707	39.967
Juros Vincendos de empréstimos e financiamentos	1.816	1.734			3.550	12.313
	<b>82.653</b>	<b>6.086</b>	<b>350</b>	<b>168</b>	<b>89.257</b>	<b>52.280</b>
	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	2021	2022 a 2023	2024 a 2025	A partir de 2026	Total Geral	Total Geral
Materiais e serviços	94.639	9.455	549	199	104.842	92.652
Juros Vincendos de empréstimos e financiamentos	1.838	1.734			3.572	12.313
	<b>96.477</b>	<b>11.189</b>	<b>549</b>	<b>199</b>	<b>108.414</b>	<b>104.965</b>

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2020, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	2021	2022 a 2023	2024 a 2025	A partir de 2026	Total Geral	Total Geral
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	78.103	4.626	425	290	83.444	36.826
Juros Vincendos de empréstimos e financiamentos	1.698	970			2.668	12.683
	<b>79.801</b>	<b>5.596</b>	<b>425</b>	<b>290</b>	<b>86.112</b>	<b>49.509</b>
	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	2021	2022 a 2023	2024 a 2025	A partir de 2026	Total Geral	Total Geral
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	91.438	10.036	674	340	102.488	88.649
Juros Vincendos de empréstimos	1.720	970			2.690	12.683
	<b>93.158</b>	<b>11.006</b>	<b>674</b>	<b>340</b>	<b>105.178</b>	<b>101.332</b>

### 28.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Consolidado
		Limite máximo garantido
		31/12/2020
Executante construtor		1.965
		1.965

Os valores em garantia de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 18) e Provisões (Nota 20), estão demonstrados em suas respectivas notas.

**29 Cobertura de seguros**

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020		31/12/2019	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações								
Usinas					11.895	11.895	11.895	11.895
Linhas de Transmissão								
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	48.169	30.000			51.227	33.058	3.058	3.058
Responsabilidade civil	8.000	8.000	8.000	8.000	35.500	35.500	29.500	29.500
Transportes (materiais)								
Transportes (veículos)	360	360	360	360	720	720	360	360
Seguro de vida	8.050	(*)	6.892	(*)	11.240	(*)	9.601	(*)
Lucros cessantes								
Risco de engenharia			4.507	4.507	42.481	42.481	46.988	46.988

(\*) Na Companhia e Controlada, o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.452. Já na Controlada, para os colaboradores alocados nas filiais o valor de indenização será de R\$20 até o cargo de gestor executivo e de R\$100 para diretores.

O saldo apresentado como Responsabilidade civil na Companhia, possui detalhamento conforme descrito abaixo:

- (i) Responsabilidade civil para erros e omissões profissionais, com cobertura de até R\$ 6.000;
- (ii) Responsabilidade civil - Engenharia para projetos em andamento pela Companhia, com cobertura totalizando R\$ 2.000;
- (iii) Responsabilidade civil - Engenharia para projetos em andamento pelas Controladas, com cobertura totalizando R\$ 21.500.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia e suas controladas, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.190;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$193.210; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$4.110.

\* \* \*

**DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

**Carlos Emanuel Baptista Andrade**  
Diretor Presidente

**Fernando Saliba**  
Diretor

**André Luis Nunes de Mello Almeida**  
Diretor

**CONTABILIDADE**

**Leandro Carron Rigamonte**  
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos  
(Corporativo)

**Renan Silva Sobral**  
Gestor Executivo de Contabilidade  
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" RS